

Teoria e Aplicação

O papel do Transtorno do Espectro Autista na definição de parâmetros para a aplicação baseada em ABA com qualidade: de onde viemos e para onde vamos

Cássia Leal da Hora

À medida que os princípios teóricos da Análise do Comportamento (AC) e as técnicas da Modificação do Comportamento (Kazdin & Wilson, 1978) se mostravam úteis para a resolução de problemas da vida prática, ficou evidente a importância do desenvolvimento e sistematização de uma tecnologia para suas aplicações (Skinner, 1953).

Com o aumento das publicações sobre pesquisas aplicadas, tornou-se possível o exercício de uma prática profissional por meio da aplicação das técnicas baseadas em ABA, mesmo sem o domínio dos princípios teóricos da AC

O crescente desenvolvimento da pesquisa aplicada e a necessidade de diálogo entre a comunidade científica culminaram, em 1968, no lançamento do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), um marco na história da área de pesquisa e aplicação, que passou a ser conhecido como *Applied Behavior Analysis* (ABA).

Com o aumento das publicações sobre pesquisas aplicadas, tornou-se possível o exercício de uma prática profissional por meio da aplicação das técnicas baseadas em ABA, mesmo sem o domínio dos princípios teóricos da AC (Baer, 1981; Michael, 1980). Inicialmente, as demandas de pessoas com atraso no desenvolvimento produziram o incremento de procedimentos e intervenções com objetivo de melhorar as condições de aprendizagem para essa população (Edelson, Taubman, & Lovaas, 1983; Lovaas, Schreibman, & Koegel, 1976; Wolf, Risley, & Mees, 1964).

No início de 1970, a mídia jornalística do estado da Flórida, nos Estados Unidos (EUA), divulgou relatos sobre abusos praticados em clientes com desenvolvimento atípico, justificados pelo seguimento dos princípios da modificação do comportamento (Johnston & Shook, 1987). Com isso, foi surgindo uma preocupa-

ção da comunidade analítico-comportamental sobre o uso equivocado dos princípios comportamentais na aplicação. Como resultado, em 1976, uma Força Tarefa Conjunta composta por diferentes profissionais (incluindo importantes analistas do comportamento, por exemplo, Ivar Lovaas, Todd Risley e Sidney Bijou) documentou os princípios legais e técnicos para aplicação de profissionais contratados em programas comportamentais subsidiados pelo governo (Johnston & Shook, 1987).

A possibilidade de produção e exercício de uma tecnologia do comportamento atraiu estudantes e profissionais para o campo aplicado (Michael, 1980), fazendo crescer consideravelmente o número de pessoas trabalhando na área, muitas vezes sob o rótulo de “analistas” ou “especialistas do comportamento”, a despeito de sua formação teórica ou experiência prática.

Michael (1980) descreveu as vantagens da ampliação do campo aplicado e alertou para os possíveis prejuízos decorrentes de um crescimento indiscriminado que não exigisse a vinculação da aplicação com uma sólida formação teórica e conceitual. Esse autor classificou isso como uma “má notícia” para o desenvolvimento da disciplina (p.1) e, assim como outros autores, passou a defender que práticas com base em ABA deveriam, necessariamente, ser realizadas por profissionais com formação teórica e conceitual compatível com a dos pesquisadores da pesquisa básica (Birnbauer, 1979; Branch & Malagodi, 1980; Deitz, 1978; Pierce & Epling, 1980; Hayes, 1978).

Na direção oposta, Baer (1981) descreveu o crescimento do campo aplicado como uma “boa notícia” (p.85) e defendeu que a formação das pessoas que querem trabalhar com AC, seja com aplicação ou produção de pesquisas, pode

e deve ser diferente. Essa posição ressaltava a importância da existência, em grande escala, da figura dos aplicadores dos princípios teóricos, mesmo que não possuíssem formação em pesquisa básica, em função das necessidades emergenciais da sociedade e da procura por serviços efetivos baseados em ABA.

Em meio a essa discussão, a demanda por prestação de serviços de aplicação continuava crescendo, aumentando a necessidade de estabelecer parâmetros objetivos para a aplicação com qualidade. Como reflexo, surgiu um programa de certificação regional na Flórida, oferecido pela *Midwest Association for Behavior Analysis* (MABA), que credencia-

Michael alertou para os possíveis prejuízos decorrentes de um crescimento indiscriminado que não exigisse a vinculação da aplicação com uma sólida formação teórica e conceitual.

va profissionais com formação acadêmica de bacharelado e mestrado em AC ou áreas afins. Rapidamente, outros estados foram se associando ao sistema de credenciamento, pois diversos profissionais buscavam essa certificação, especialmente os que trabalhavam com indivíduos com autismo.

Em 1987, Lovaas publicou um estudo demonstrando que a maioria dos participantes com o diagnóstico de autismo teve melhora no repertório após a realização de um tratamento intensivo com base em ABA. Depois da intervenção, a modificação no comportamento da maioria dos participantes foi tão expressiva, que seus desempenhos em testes de QI também melhoraram, atingindo a faixa da média, e vários deles puderam ser incluídos no sistema de ensino educacional regular com nenhum ou pouco suporte. Após cinco anos, um estudo de *follow-up* da mesma equipe de McEachin, Smith e Lovaas (1993) mostrou que os partici-

pantes do estudo inicial mantiveram as habilidades aprendidas, aumentando suas chances de viver com independência e autonomia.

A repercussão de Lovaas (1987) e McEachin et al. (1993), dentro e fora do âmbito acadêmico, foi enorme. Finalmente, delineava-se uma alternativa de tratamento eficiente para essa população que, até então, tinha prognóstico de evolução muito pobre. A intervenção precoce intensiva baseada em ABA tornou-se uma esperança para familiares e outros consumidores da prestação de serviços para os indivíduos com TEA.

Como exemplo, em 1993, Catherine Maurice publicou o livro *Deixe-me ouvir sua voz*, narrando a trajetória de sua família em busca de tratamento para dois filhos com autismo e as dificuldades enfrentadas por eles até o acesso à intervenção baseada em ABA. Foi somente a partir de então que os irmãos obtiveram diversos ganhos, melhorando consideravelmente a qualidade de vida deles e de sua família (Maurice, 1993).

Com o sucesso descrito nos relatos científicos de Lovaas (1987) e McEachin et al. (1993) e no relato literário de Maurice (1993), cresceu muito a demanda por profissionais que conduzissem intervenções baseadas em ABA para in-

divíduos com ou sem formação suficiente para conduzir intervenções baseadas em ABA, tornaram-se “terapeutas especializados”, agora na prestação de serviços especificamente para a população com autismo.

divíduos com TEA. Mais uma vez, profissionais com ou sem formação suficiente para conduzir intervenções baseadas em ABA, tornaram-se “terapeutas especializados”, agora na prestação de serviços especificamente para a população com autismo. Portanto, tornou-se ainda mais urgente a necessidade de assegurar a qualida-

de do serviço prestado às famílias, instituições contratantes e agências de fomento.

O esforço da comunidade analítico-comportamental era padronizar as habilidades e competências necessárias ao profissional prestador de serviços baseados nos princípios da AC para que ele pudesse atuar de forma eficaz. Entretanto, não havia consenso entre a comunidade acerca do conteúdo essencial para formação de um bom profissional da área. Foi somente em 1998, após a realização de diversos estudos de “*job-analysis and survey*” (Shook, Hartsfield, & Hemingway, 1995) e a partir da aglutinação de várias outras certificações regionais, que o atual *Behavior Analyst Certification Board* (BACB®) centralizou essa função por meio de certificações. Desde então, os profissionais que queiram tornar-se analistas do comportamento certificados devem preencher os pré-requisitos de formação teórica e experiência prática propostos pelo BACB®. Em seguida, devem se submeter, e ser aprovados, a um exame escrito, cujo conteúdo segue uma lista de tarefas normatizadas e definidas pela mesma instituição após consulta dos pares.

A princípio nos Estados, e posteriormente em diversos outros países, os consumidores da prestação de serviços baseados em ABA passaram a ter um parâmetro formal para identificar o profissional que possuía os requisitos mínimos para executar uma boa prática, independentemente do quadro clínico (e.g., esquizofrenia) ou dificuldade específica (e.g., TEA).

Como reflexo da preocupação com a prestação de serviços, especificamente, para o TEA, a Associação de Análise do Comportamento Internacional (ABAI) criou o Grupo de Interesse Especial em Autismo (SIG *autism*),

que elaborou, em 1998, as *Diretrizes para os Consumidores para Identificar, Selecionar e Avaliar Analistas do Comportamento Trabalhando com Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista*.

Com a mesma preocupação, a Secretaria de Saúde do Estado de Nova Iorque criou um documento chamado *Diretrizes para a Prática Clínica – Autismo e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Avaliação e Intervenção para Crianças Pequenas* (1999) com o objetivo de desenvolver parâmetros definidos por um grupo independente composto por familiares e profissionais (fora da AC) para a identificação de um bom prestador de serviços.

Entre 2005 e 2007, ocorreu uma série de ações decorrentes do aumento da preocupação com a qualidade da prestação de serviços para os indivíduos com TEA. A primeira foi uma discussão sobre a criação de uma certificação exclusiva para profissionais que trabalham com essa população. A segunda, o levantamento dos conhecimentos em AC necessários para essa prática específica e sobre as características específicas do transtorno. Depois, veio a convocação de uma comissão de especialistas para analisar se as habilidades e conhecimentos específicos necessários para o trabalho com TEA justificaria a criação de uma certificação diferente das que já eram oferecidas até então pelo BACB® (Shook, Ala'i-Rosales, & Glenn, 2002; Shook, Gerald, & Weiss, 2010).

Como resultado desse conjunto de ações, a comissão de especialistas decidiu que a criação de uma certificação específica para profissionais que atuam com indivíduos com TEA não parecia ser necessária. Optou-se, então, pelo desenvolvimento de uma lista de habilidades adicionais com base em duas justificativas:

(i) o aumento da demanda por profissionais que trabalhassem com intervenções baseadas em ABA, especificamente para TEA, implicou na falta de oferta de profissionais adequadamente qualificados; (ii) a grande difusão de intervenções não analítico-comportamentais sem base em evidências científicas. Assim, a lista de habilidades complementares foi baseada em competências não analítico-comportamentais relacionadas, especificamente, com a ampliação dos conhecimentos acerca do (a) quadro clínico do TEA, (b) da forma de aprendizagem dessa população e (c) do conhecimento acerca da existência e especificidades das intervenções baseadas em evidências ou não. O documento foi publicado em 2007 e intitulado *Lista de Tarefas para Analistas do Comportamento Certificados que Trabalham com Pessoas com Autismo*.

Diante da aprovação de legislação para o tratamento de autismo por seguros de saúde em vários estados dos EUA, em 2012, o BACB® desenvolveu as *Diretrizes Clínicas: Cobertura de Planos de Saúde de Tratamento de Análise*

No Brasil, a discussão sobre a parametrização da prática dos analistas do comportamento é relativamente recente.

do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista, com o objetivo de apresentar às seguradoras informações acerca da configuração de uma intervenção baseada em ABA. Até o momento, os dois documentos citados anteriormente foram os únicos que operacionalizaram de forma estruturada as competências que um profissional deve possuir para o trabalho específico com TEA.

No Brasil, a discussão sobre a parametrização da prática dos analistas do comportamento é relativamente recente. De forma análoga à trajetória percorrida pelos EUA, a operaciona-

lização das competências necessárias para analistas do comportamento (a) foi impulsionada pelo aumento da demanda de serviços para tratamento de indivíduos com desenvolvimento atípico, (b) está sendo conduzida sob a responsabilidade de uma associação reconhecida como sendo representativa da comunidade analítico-comportamental do país (ABPMC) e (c) inicialmente definiu critérios que determinam formação e competências mínimas para o exercício da aplicação em ABA de forma geral, ou seja, para qualquer demanda da vida prática e não apenas para indivíduos com TEA ou atraso no desenvolvimento.

O processo de acreditação que vem sendo realizado no Brasil representa um grande avanço para o desenvolvimento da Análise do Comportamento no país na medida em que estimula o aprimoramento contínuo dos membros da sua comunidade e também protege os consumidores da prestação de serviços em ABA em qualquer âmbito que essa atuação ocorra, inclusive para a população com TEA.

Atualmente, ainda existe uma grande lacuna entre a demanda de prestação de serviço em ABA para TEA e a quantidade de mão de obra especializada para essa aplicação. Por essa razão, a definição de parâmetros padronizados em processos como os da acreditação brasileira

Para o analista do comportamento é urgente a discussão sobre a definição de critérios de formação necessários para garantir a qualidade dos serviços prestados.

tem como principal função permitir que consumidores da ABA consigam reconhecer um profissional com experiência e formação confiáveis. É um bom começo.

Para o analista do comportamento que intervém com indivíduos diagnosticados com TEA, é urgente a discussão sobre a definição de

critérios de formação necessários para garantir a qualidade dos serviços prestados e fazer valer o reconhecimento que a ABA alcançou enquanto prática baseada em evidência recomendada aos consumidores da prestação de serviços para o TEA.

Para o psicólogo, que vê a exigência crescente de medidas de eficácia para intervenções clínicas “tradicionais”, realizadas no sigilo do consultório, chamadas a se configurar a partir dos princípios das terapias baseadas em evidências, a discussão é fundamental.

O fato é que não apenas os consumidores da prestação de serviços para o TEA, mas também profissionais que embasam sua prática em ABA, pesquisadores e teóricos almejam o avanço dessa discussão. Isso porque a demanda pela definição de quem é o analista do comportamento e qual a posição da análise do comportamento no campo da psicologia extrapolou o âmbito das intervenções individuais e tornou-se uma questão da comunidade analítico-comportamental.

Os consumidores da prestação de serviço para indivíduos com TEA podem se beneficiar com o avanço dessa discussão na medida em que ela favorecerá: (i) o planejamento e desenvolvimento de estratégias de ensino das competências necessárias aos profissionais que

pretendem atuar com ABA e TEA; (ii) o norteamento da escolha da prestação de serviços pelos consumidores; (iii) o direcionamento

de investimento governamental em treinamento de pessoal e fornecimento de serviço público especializado e; por fim, (iv) o aumento da probabilidade de oferta de condições de ensino efetivas para os indivíduos com TEA. Como decorrência direta dessas ações, as intervenções baseadas em ABA serão realizadas

em concordância com os princípios da AC e continuarão a ser reconhecidas como práticas eficazes para amenizar os prejuízos decorrentes dos comportamentos característicos do TEA.

Fica aqui o convite para discussão e reflexão acerca dos rumos que a prática do analista do comportamento e, em última análise, da Análise do Comportamento no Brasil vão seguir nos próximos tempos. ■

Referências

Autism Special Interest Group (SIG) of the Association for Behavior Analysis (2007). *Consumer guidelines for identifying, selecting, and evaluating behavior analysts working with individuals with autism spectrum disorders* (2nd rev.), de http://www.abainternational.org/Special_Interests/AutGuidelines.pdf.

Baer, D. M. (1981). A flight of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 4(2), 85-91.

Behavior Analyst Certification Board (2007). *The Behavior Analyst Certification Board Task List for Board certified behavior analysts working with persons with autism*. Recuperado DATA, . de: <http://abacentrum.nl/wp-content/uploads/sites/6/2013/10/708AutismTaskListF.pdf>

Behavior Analyst Certification Board (2012). *Practice guidelines for applied behavior analysis treatment of autism spectrum disorder*. Recuperado em DATA, de http://adsd.nv.gov/uploadedFiles/adsdnvgov/content/Boards/Autism/ABA_Guidelines_for_ASD%202014.pdf

Birnbrauer, J. S. (1979). Applied behavior analysis, service and the acquisition of knowledge. *The Behavior Analyst*, 2(1), 15-21.

Branch, M. N., & Malagodi, E. F. (1980). Where have all the behaviorists gone? *The Behavior Analyst*, 3(1), 31-38.

Deitz, S. M. (1978). Current status of applied behavior analysis: Science versus technology. *American Psychologist*, 33 (9), 805-814.

Edelson, S. M., Taubman, M. T., & Lovaas, O. I. (1983). Some social contexts of self-destructive behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 11(2), 299-312. . <http://link.springer.com/article/10.1007/BF00912093#page-1>

Johnston, J. M., & Shook, G. L. (1987). Developing behavior analysis at the state level. *The Behavior Analyst*, 10(2), 199-233.

Kazdin, A. E., & Wilson, G. T. (1978). *Evaluation of behavior therapy: Issues, evidence, and research strategies*. Cambridge, MA: Ballinger.

Lovaas, O. I. (1987). Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*(1), 3-9.

Lovaas, O. I.; Schreibman, L. & Koegel, R. L. (1974). A Behavior Modification Approach to the Treatment of Autistic Children. *Journal of autism and childhood schizophrénia, 4*(2), pp 111-129.

Maurice, C. (1994). *Let me hear your voice: A family's triumph over autism*. Nova Iorque: Ballantine Books.

McEachin, J. J., Smith, T. & Lovaas, O. I. (1993). Long-term outcome for children with autism who received early intensive behavioral treatment. *American Journal on Mental Retardation, 97*(4), 359-372.

Michael, J. (1980). Flight From Behavior Analysis. *The Behavior Analyst, 3*(2), 1-22.

National Autism Center (2009). National Standards Report, The National Standards Project—Addressing the need for evidence based practice guidelines for autism spectrum disorders. Randolph: National Autism Centre.

National Research Council (2001). *Educating Children with Autism*. Committee on Educational Interventions for Children with Autism. C. Lord & J. McGee (Eds.). Division of Behavioral and Social Sciences and Education. Washington, DC: National Academy Press.

New York State Department of Health. (1999). *Clinical Practice Guidelines for Parents and Professionals - Autism/Pervasive Developmental Disorders*. Retirado em DATA de <http://www.health.ny.gov/publications/4216.pdf>

Shook, G. L., Ala'i-Rosales, S., & Glenn, S. S. (2002). Training and Certifying Behavior Analysts. *Behavior Modification, 26*(1), 27-48

Shook, G. L., Hartsfield, F., & Hemingway, M. (1995). Essential content for training behavior analysis practitioners. *The Behavior Analyst, 18*(1), 83-91

Shook, Gerald, & Weiss (2010). Resources on Training Requirements for Applied Behavior Analysts: The Behavior Analyst Certification Board and the Autism Special Interest Group Consumer Guidelines. *European Journal of Behavior Analysis, 11* (2), 217 – 222

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Nova Iorque: Macmillan.

Wolf, M. M., Risley, T. R., & Mees, H. L. (1964). Application of operant conditioning procedures to the behavior problems of an autistic child. *Behavior Research and Therapy, 1*, 305-312

Cássia Leal da Hora é analista do Comportamento e Psicóloga formada pela PUC-SP, Mestre em Psicologia Experimental e Análise do Comportamento pela USP-SP. Doutora em Psicologia Experimental pela PUC-SP. Tem se dedicado a pesquisar e intervir com crianças e adolescentes que apresentam desenvolvimento atípico, coordenando equipes de intervenção baseadas em ABA (Análise Aplicada do Comportamento). No Centro Paradigma é coordenadora, professora e supervisora do curso de Qualificação Avançada em Análise do Comportamento Aplicada ao TEA e Desenvolvimento Atípico. Também é professora convidada do curso de Aprimoramento em Orientação Parental.